

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL
SUBCOMISSÃO DE POLITICA INDIGENISTA NO AMBITO DA CLP(COMISSÃO DE
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA)**

REQUERIMENTO Nº DE 2013.

(Da Deputada Janete Capiberibe)

Requer a realização de audiência pública para debater o leilão de blocos de petróleo e gás sobrepostos a Terras Indígenas e unidades de conservação. Audiência pública em conjunto da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Subcomissão de Política Indigenista no Âmbito da CLP.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais ouvidos o Plenário, que sejam convidados para audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável em conjunto com a Subcomissão de Política Indigenista no Âmbito da CLP(Comissão de Legislação Participativa) para debater sobre a violação de direitos dos povos indígenas pela ANP na oferta dos blocos de petróleo em leilão. A ANP oferece blocos para leilão em áreas sobrepostas às Terras Indígenas sem sequer indicá-las nos mapas.

Que sejam convidados para debater em audiência pública nesta audiência representantes das instituições; FUNAI, ANP, CTI (Centro de Trabalho Indigenista) GTPEG (Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás), do Ministério do Meio Ambiente.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores membros, sem qualquer comunicação oficial, os povos indígenas afetados, com raras exceções, não têm conhecimento sobre os blocos ofertados pela ANP e consequentemente não têm oportunidade de discutir e se manifestar a respeito dos impactos das atividades de exploração e produção sobre seus territórios ou em áreas contíguas a eles.

Como se não fosse necessário transparecer e discutir os possíveis conflitos socioambientais provocados pelos futuros empreendimentos de petróleo e gás nas regiões em que pretendem ser instalados, a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) se limitou a divulgar a localização dos blocos exploratórios no Pré-Edital de Licitações para a Outorga dos Contratos de Concessão para Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, uma publicação técnica e direcionada aos possíveis empreendedores.

Os mapas constantes no pré-edital não apresentam a localização de TIs e Unidades de Conservação (UCs) afetadas, e omitem que os blocos incidem sobre áreas definidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como de prioridade extremamente alta para a conservação; sobre demandas de criação de UCs em curso (como a UC Campinaranas do Rio Ipixuna, afetada pelos blocos AC-T-08 E AC-T-09 na Bacia Sedimentar do Acre-Madre de Dios, que tramita em fase de análise no ICMBio e já tem inclusive área proposta de 307.763 ha); e sobre UCs já estabelecidas.

Além disso, a delimitação dos blocos apresentada demonstra que a ANP desconsiderou algumas das recomendações feitas pela FUNAI em resposta à consulta quanto à incidência e afetação dos blocos sobre territórios indígenas.

Sala da Comissão, 11 de outubro de 2013.

Deputada JANETE CAPIBERIBERIBE – PSB/AP

Deputado

Deputado